

Comissão Parlamentar de Inquérito

Declaração Inicial

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires

Índice

1. Âmbito de minha atuação no BES.....	2
2. Área Internacional.....	6
2.1. Sucursal de Espanha.....	6
2.2. BES Angola.....	8
3. As chamadas operações EUROFIN.....	13
4. Aumento de Capital e últimos dias.....	14
4.1. Aumento de Capital.....	14
4.2. Os últimos dias.....	16

1. Âmbito de minha atuação no BES

1.1. Fui eleito para o conselho de Administração do BES em Março de 2004, na Assembleia Geral de Acionistas, e rescisei no dia 23 de Julho de 2014 embora a última participação em reuniões dos órgãos sociais ou em atos de gestão foi no dia 11 de Julho de 2014.

1.2. A minha responsabilidade como Administrador Executivo consubstanciava-se no acompanhamento das seguintes unidades:

a) Departamentos do BES

- DFME – Departamento Financeiro Mercados e Estudos
- DDI – Departamento de Desenvolvimento **Internacional (desde Maio 2012)**
- GRE – Gabinete de Reorganização Estratégica
- DGP – Departamento de Gestão Poupança

b) Sucursais no Exterior

- Espanha
- Nova Iorque
- Londres
- Cabo Verde
- Cayman

Em conjunto com o Dr. José Manuel Espírito Santo

- Venezuela
- Luxemburgo

c) Subsidiárias

- BES Vida Companhia de Seguros
- BES Angola
- BES Finance
- Avistar
- BESIL
- BIBL
- BES-GMBH (Alemanha)
- Aman Bank
- BESOR

→ Não pertenci aos órgãos sociais nem do BES Angola nem do Aman Bank

Participadas no exterior:

- Moza Banco

d) Eu também fui Administrador Não Executivo na Portugal Telecom desde 2006.

1.3. Departamentos Importantes que **NÃO PERTENCIAM** ao meu Pelouro:

- **DPC - Departamento Planeamento Contabilidade (Dr. Ricardo Salgado)** – responsável pela Contabilidade e definição do Perímetro de Consolidação, nomeadamente, de SPE's;
- **GRI - Gabinete Relações com Investidores (Dr. Ricardo Salgado)** – responsável pela relação com os Mercados e com o supervisor CMVM;
- **DRG - Departamento de Risco Global (Dr. José Maria Ricciardi e Dr. Joaquim Goes)** – responsável pela análise e controle dos riscos de Crédito, Mercados e Operacional e preparação de ratings;
- **DIG - Departamento Informação Gestão (Dr. Joaquim Goes)** – informação de gestão com base na qual se faziam as tomadas de decisão de negócios;
- **DMIC - Departamento de Marketing, Inovação e Canais (Dr. Joaquim Goes)** – responsável pela distribuição de produtos, comunicação a Clientes, interação com as redes comerciais e gestão do sistema de objetivos e incentivos (SOI);
- **DC - Departamento Compliance (Dr. Ricardo Salgado e Dr. António Souto nos últimos meses)**
- **DIBPB - Departamento International Business & Private Banking (Dr. José Manuel Espirito Santo)** – relação com Investidores e Clientes, Institucionais Private em vários países, designadamente, Venezuela.

Refiro, ainda, que **não tinha qualquer responsabilidade na gestão das várias redes de distribuição, clientes particulares, empresas ou institucionais.**

1.4. Não integrei as Comissões criadas no 1º trimestre de 2014:

1ª – Comissão de Controlo de Transações com Partes Relacionadas (Dr. Horácio Afonso, Dr. Joaquim Goes, Dra. Rita Amaral Cabral);

2ª – Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Execução do Plano de Negócios do ramo Não Financeiro do GES (Dr. Horácio Afonso, Dr. Joaquim Goes, Dra. Rita Amaral Cabral e Dr. António Souto);

2. Área Internacional

Por decisão da Comissão Executiva, em Maio de 2012, a área internacional do BES (o BESI tinha completa autonomia) passou a estar sob o meu acompanhamento, estando antes dispersa por vários administradores.

Passo a fazer um resumo da atuação nas principais unidades a Sucursal de Espanha e o BES Angola porque foi definida a mesma orientação para ambas, embora Espanha estivesse numa fase mais adiantada de concretização.

2.1. Sucursal de Espanha

A sucursal de Espanha enfrentava em Maio de 2012 grandes desafios.

- Prosseguir uma política de desalavancagem da sua estrutura de Balanço com necessidade de continuar a reduzir rácio de Crédito/ Depósitos.
- Melhorar a rentabilidade da sucursal, que foi muito afetada pelas imparidades de carteira de crédito a partir de 2010 quando começou a crise da dívida soberana dos países da periferia da Zona Euro, que obrigou à constituição de elevadas provisões na sucursal.

Nesse contexto, lançaram-se campanhas de Marketing, utilizando a marca “Cristiano Ronaldo” para aumentar a base de depósitos da sucursal.

Estas campanhas bem-sucedidas, permitiram aumentar os depósitos na sucursal de 2,958 mil milhões de euros em Março de 2012, para 5,275 mil milhões de euros em Março de 2014.

Simultaneamente implementou-se uma política de contenção do Crédito na sucursal que permitiu que a Carteira de Crédito passasse de 3,199 mil Milhões de euros em Março 2012 para 2, 895 mil Milhões euros em Março 2014.

Como resultado desta política a posição de liquidez da sucursal melhorou significativamente, ou seja, a tesouraria daquela unidade passou de um “deficit” de 241 milhões de euros para um excedente de 2,380 mil Milhões de euros. Isto

significa que o rácio de crédito/ depósitos passou de 108% em 2012 para um valor próximo dos 55% em Março de 2014.

Em 2012 e 2013 procedeu-se a um enorme esforço de saneamento da Carteira de Crédito da sucursal, o que exigiu um esforço de provisões para crédito que só em 2013 foi de 125 Milhões de euros.

A referência à atividade em Espanha é fundamental para se perceber os princípios de orientação que estavam a ser seguidos na Área Internacional, que eram o de assegurar progressivamente o equilíbrio no rácio de liquidez e rentabilidade sustentável em todas as unidades e, portanto, era o que se estava a começar a implementar em Angola.

2.2. BES Angola

Em Maio de 2012, quando passei a acompanhar a atividade do BES Angola (BESA) detive-me com vários desafios.

2.1.1 Governance

O BESA era dirigido pelo Presidente da Comissão Executiva, Dr. Álvaro Sobrinho que reportava ao Dr. Ricardo Salgado e foi com muita relutância que viu ocorrer alteração do responsável do Pelouro no BES em Lisboa.

Havia algum distanciamento entre os acionistas Portmil e Geni que detinham cerca de 45% do capital do BESA relativamente ao BES, uma vez que todas as relações entre acionistas eram fundamentalmente geridas através do Dr. Álvaro Sobrinho.

2.1.1 Situação Financeira

Em Maio de 2012 o BESA já registava um rácio de Crédito/Depósitos de 170%, o que o colocava extremamente dependente do financiamento interbancário que representava 52% do Total de Ativos.

Este financiamento era obtido uma parte no mercado local e outra grande parte junto do BES Portugal, acionista de controlo.

O BESA também revelava uma fraca base de depósitos local, e um rápido crescimento da Carteira de Crédito.

Até à data da Assembleia Geral do BESA de 3 de Outubro de 2013, em que foram reportadas eventuais irregularidades e problemas na Carteira de Crédito, nenhum alerta sobre o risco da Carteira de Crédito foi-me reportado pelo Departamento de Risco Global do BES ou pela KPMG.

Ao contrário, o Dr. João Moita (ex-diretor do DRG em Lisboa, e em serviço no BESA) enviou ao BES Lisboa a 29 de Maio de 2012 uma carta do BNA com conclusões sobre um exercício de “Análise Sensibilidade” ao BESA onde afirmava

que este era resiliente ao Risco de Crédito, carta esta que está registada na ata 1386 da Comissão Executiva do BES de 2 de Julho de 2012.

2.2.3 Plano Estratégico de Recuperação do BESA

Perante estes desafios foi iniciado um programa de ação que visava corrigir o desequilíbrio do rácio de liquidez e devolver nova dinâmica comercial ao BESA.

2.2.3.1. Em Agosto de 2012 foram indigitados para a Comissão Executiva do BESA o Dr. Rui Guerra e Dr. Pedro Cruchinho que se deslocaram a Luanda para reunir com a equipa do BESA, representantes dos acionistas e BNA.

Após estas deslocações somente em 6 de Novembro de 2012 se procederam às alterações dos órgãos sociais do BESA, de que se registam as principais alterações: o Dr. Álvaro Sobrinho passou a Presidente do Conselho de Administração, o Dr. Rui Guerra a Presidente da Comissão Executiva, e o Dr. Pedro Cruchinho a Administrador Financeiro.

Entre 6 de Novembro de 2012 e Janeiro de 2013, o Dr. Rui Guerra e Dr. Pedro Cruchinho tiveram que regressar a Lisboa para aguardar os vistos de trabalho.

Somente em 16 de janeiro de 2013 a nova Comissão Executiva do BESA iniciou os trabalhos, tendo dado prioridade à gestão da liquidez e reposição dos níveis de transacionalidade com os clientes.

O atraso no início dos trabalhos da nova Comissão Executiva degradou ainda mais a posição de liquidez em moeda local no equivalente a 300 Milhões de USD passando para um total equivalente a 1,9 mil Milhões de USD financiado no mercado de interbancário local e junto do BNA.

A melhoria da relação entre o BES e os acionistas Portmil e GENI permitiu melhorar o Governace do BESA e, destas alterações, destaca-se a eleição na Assembleia Geral do BESA de 28 de Junho de 2013 para Presidente do Conselho de Administração o Engenheiro Paulo Kassoma, personalidade relevante de Angola (antigo Primeiro Ministro e antigo Presidente da Assembleia Nacional), que assegurou a cobertura institucional adequada para prosseguir a reviravolta do BESA.

2.2.3.2. A partir dessa data é relançado o plano estratégico para redinamizar a atividade comercial do BESA, nomeadamente promover a captação de depósitos para melhorar o rácio de liquidez, o que veio a traduzir-se no aumento dos depósitos equivalente a 350 Milhões de USD.

Os acionistas decidem também proceder a um aumento de capital de 500 Milhões de USD, que se realiza no 4º trimestre de 2013 e onde o BES aumenta a sua participação para 55% (por diluição da participação do Dr. Álvaro Sobrinho) e a GENI e a Portmil acompanham o aumento de capital, mantendo os 45% de capital.

2.2.3.3. Em paralelo os Acionistas de referência (BES, Portmil e GENI) decidiram realizar uma Assembleia Geral do BESA para “análise da gestão anterior” que iniciou os seus trabalhos em 3 de Outubro de 2013 que foram suspensos e retomados no dia 21 de Outubro de 2013.

Participaram na referida Assembleia Geral, **em que eu não estive presente**, o Dr. Ricardo Salgado como representante do BES, o General Hélder Vieira Dias e o General Leopoldino Nascimento como representantes da Portmil e GENI e o Dr. Álvaro Sobrinho como acionista e antigo Presidente da Comissão Executiva.

Em representação do Conselho de Administração do BESA estiveram presentes o Engenheiro Kassoma (Presidente do Conselho de Administração), o Dr. Rui Guerra (Presidente da Comissão Executiva) e o Dr. Pedro Cruchinho (Administrador Financeiro).

A ata desta Assembleia Geral, que refere as eventuais irregularidades e problemas na Carteira de Crédito, foi entregue pelos acionistas ao BNA e ao auditor KPMG.

Por ocasião da nossa deslocação a Luanda em Outubro de 2013, o Sr. Presidente da República de Angola concedeu uma audiência ao Dr. Ricardo Salgado onde estive presente, em conjunto com o Dr. Rui Guerra e Dr. Daniel Proença de Carvalho.

Nessa ocasião o Sr. Presidente da República manifestou disponibilidade para apoiar o BESA a suprir as eventuais dificuldades que viesse a evidenciar.

Este apoio veio a materializar-se na Emissão de Garantia Autónoma Soberana de 5,7 mil Milhões de USD através do despacho presidencial interno nº7/2013.

2.2.3.4. A garantia de República de Angola a favor do BESA é emitida por despacho nº7/2013 de 30 de Dezembro, pelo qual o Sr. Presidente da República de Angola autorizou o Sr. Ministro das Finanças a emitir a “Garantia Autónoma” a favor do BES Angola, onde o Estado Angolano assume a obrigação de pagar à primeira solicitação deste quaisquer importâncias que o beneficiário lhe solicite para pagamento do serviço de dívida em incumprimento, relativo às obrigações assumidas no âmbito das operações (crédito e imóveis) identificadas na referida garantia.

Esta garantia tem um prazo de 18 meses findo o qual poderia ser renovada ou substituída por um “mecanismo” semelhante.

Esta garantia soberana anula parte significativa do risco de crédito ao BESA, já que a mesma cobre cerca de 70% da Carteira Total. Tal foi reconhecido pela KPMG durante a auditoria ao BESA e nas Contas Consolidadas do BES em 31 de Dezembro de 2013 onde a KPMG não efetuou qualquer ênfase sobre esta matéria.

2.2.3.5. O Banco de Portugal através de carta circular nº14/13 DSPDR de 30 de Dezembro de 2013 decidiu estabelecer equivalência plena de regulamentação e supervisão prudencial ao BNA para efeitos de aplicação do ponto nº5 da parte 2 do Anexo III do Aviso 5/2007 permitindo a aplicação de ponderadores mais reduzidos para exposição à Administração Central Angolana no Cálculo dos Ativos ponderados pelo Risco. Todavia, de forma contraditória, o Banco de Portugal não reconheceu a relevância prudencial da garantia soberana, isto mesmo depois do BES ter obtido um parecer do Professor Doutor Alexandre Mota Pinto, onde se reafirma tratar-se de uma garantia autónoma exigível à primeira solicitação.

A aceitação da relevância prudencial teria tido em 30 de Dezembro de 2013 um impacto positivo significativo no rácio de Capital do GBES de +0,75%, equivalente a cerca de 400 Milhões de euros de capital (rácio CT1 passaria de 10,60%. Para 11,35%).

Esta garantia soberana foi fundamental para assegurar a cobertura à exposição que o BES detinha ao BESA no valor de 3,15 mil Milhões de euros.

Recordo que o BES consolidava de forma integral o BESA, o que significa que reconhecia no seu Balanço Consolidado o ativo do BESA e dessa forma a garantia assegurava que a exposição, financiamento de 3, 15 mil Milhões de euros do BES ao BESA, não carecia de qualquer provisão.

3. As chamadas operações EUROFIN

No que concerne às chamadas operações EUROFIN, não posso falar sobre elas por estar em curso um inquérito criminal que se encontra sujeito a segredo de justiça, conforme já referido ao Senhor Presidente.

Gostaria no entanto de fazer aqui dois esclarecimentos que me parecem relevantes e que não tenho visto serem feitos até ao momento:

1) Uma coisa é o processo de emissão de obrigações do BES, que ocorreu ao abrigo de um programa europeu pré-aprovado por vários supervisores, outra coisa é a circularização que essas obrigações alegadamente terão tido – é uma distinção importante, que me parece ter muita utilidade no desenvolvimento deste tema.

2) É preciso ter presente, e não tenho visto isso ser referido, que os SPEs onde alegadamente foram colocadas as referidas obrigações do BES são SPEs do Crédit Suisse, existentes há mais de 10 anos e auditados pela KPMG.

4. Aumento de Capital e últimos dias

4.1. Aumento de Capital

O Banco de Portugal determinou que o BES reforçasse o seu rácio de solvabilidade tendo solicitado ao Conselho de Administração, órgão com competência para aprovar o Aumento de Capital, uma declaração vinculativa da sua execução.

Nesse sentido, o BES contratou um Sindicato Bancário Internacional liderado por um conjunto de Instituições que asseguraram a tomada firme de 100% da operação.

As Instituições Internacionais que lideraram a operação foram a Citigroup, JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley e o BESI.

Pela primeira vez foi solicitada uma tomada firme de 100%, uma vez que os acionistas de referência, ESFG e Crédit Agricole decidiram diluir-se significativamente.

Esta operação teve o seguinte calendário de execução:

15 de Maio	<ul style="list-style-type: none">• Decisão do CA do BES sobre os termos de Aumento de Capital• Assinatura do contrato de tomada firme com o Sindicato Bancário Internacional
16 de Maio	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação do prospeto pela CMVM
20 de Maio	<ul style="list-style-type: none">• CA aprova preço de subscrição de novas ações• BES anuncia preço subscrição e Aviso sobre preço de emissão e Direitos de subscrição
21 de Maio	<ul style="list-style-type: none">• Último dia de transação de ações com direitos• Início do Roadshow
9 de Junho	<ul style="list-style-type: none">• Fim do período de subscrição• Fim do Roadshow
16 de Junho	<ul style="list-style-type: none">• Liquidação Financeira

Esta operação começou no mês de Março através da preparação do prospeto de oferta pública de subscrição de ações a submeter à aprovação da CMVM, e ao conhecimento do Banco de Portugal, seguida de **uma “due diligence” de Estratégia e Negócios e outra “due deligence” legal** efetuadas pelas Instituições do Sindicato que tomaram firme o aumento de capital.

Por isso, **o Banco foi escrutinado de forma muito profunda** e onde, por exemplo, foi apresentada a Ata da Assembleia Geral do BESA de 3 de Outubro de 2013 e a garantia de Angola, bem como a documentação sobre dificuldades financeiras e eventuais irregularidades nas contas da Espírito Santo International.

Eu fui um dos elementos da Comissão Executiva encarregue de efetuar o Roadshow com a responsabilidade de cobrir a região anglo-saxónica, tendo estado mais de duas semanas em Londres, Dublin e Edimburgo e visitado cerca de 100 investidores institucionais.

Durante o Roadshow os acionistas de referência o Crédit Agricole e o ESFG venderam grande parte dos direitos de subscrição através de uma operação de “accelarated bookbuilding” que foi integralmente subscrita pelos investidores.

Apesar de um contexto difícil ditado pelos seguintes aspetos, expressamente referidos no prospeto:

1. Exposição do Banco e seus clientes ao GES ;
2. Referência a eventuais irregularidades nas contas da Espirito Santo International.

A operação de Aumento de Capital foi subscrita integralmente e com a procura a representar 170% da oferta.

4.2. Os últimos dias

Depois de anunciados os resultados do Aumento de Capital e de concluída a liquidação da operação no dia 16 de Junho de 2014 inesperadamente para a maioria dos investidores internacionais o Dr. Ricardo Salgado anuncia no dia 20 de Junho de 2014 a sua resignação.

Dois dias antes, a 18 de Junho de 2014 pede-me para aceitar a candidatura para Presidente da Comissão Executiva do BES com o apoio da ESFG em proposta a submeter à Assembleia Geral do BES convocada para 30 de Julho de 2014, onde se promoveria uma alteração estatutária que previa a criação do Conselho Estratégico.

Refere-se que a minha missão era só completar o mandato que terminava no final do exercício de 2015 assegurando, assim, uma fase de transição onde “a família Espírito Santo iria afastar-se progressivamente dos órgãos sociais do Banco”.

No dia 20 de Junho e depois de longas horas de espera foi-me solicitado pelo Dr. Ricardo Salgado em face da insistência dos investidores internacionais veiculadas pelo Gabinete de Relações com Investidores que fosse comunicado ao mercado o meu nome como candidato a Presidente da Comissão Executiva. Ao final do mesmo dia o Banco de Portugal emitiu um comunicado a informar que iria proceder à análise da idoneidade dos administradores indigitados, embora estando eu em pleno exercício de funções e não estando prevista interrupção do mandato, este comunicado, de facto, gerou uma perturbação nos mercados.

Para os investidores internacionais, muitos dos quais tinham participado no Aumento de Capital ficou claro que havia uma incerteza sobre a futura liderança do BES, o que se refletiu de imediato num aumento da volatilidade da cotação das ações do BES.

Naqueles dias começaram também a surgir notícias sobre riscos de incumprimento no GES, bem como notícias sobre a A Geral do BESA de 3 de Outubro de 2013.

Nesse contexto foi por mim suscitada a convocatória do Grupo de Gestão de Crise e no dia 2 de Julho de 2014 os órgãos sociais competentes, comissão executiva e conselho de administração avisados de que tinha de ser ativado o plano de contingência que tem como principal elemento de análise do risco de liquidez.

No plano de ações a desenvolver estava prevista a coordenação com o Banco de Portugal, o que aconteceu através dos departamentos do DFME e do Departamento de Risco Global.

Entretanto, no dia 4 de Julho a Espirito Santo Financial Group (ESFG) e o Crédit Agricole anunciaram o Dr. Vítor Bento para Presidente da Comissão Executiva e o Dr. João Moreira Rato para Administrador Financeiro, tendo deixado cair a minha indignação.

Este conjunto de fatores criou uma situação de stress no BES caracterizado por um aumento significativo da volatilidade, na cotação das ações e no preço das obrigações emitidas pelo BES e pelo início da fuga de depósitos.

No dia 7 de Julho a Comissão Executiva do BES reuniu para acompanhar e tomar medidas de emergência sobre o plano de contingência, tendo os seguintes tópicos:

- a) Liquidez
- b) Capital
- c) Comunicação a Clientes
- d) Comunicação Externa

Foi com base nos elementos analisados que o BES fez o comunicado aos mercados no dia 10 de Julho sobre a exposição direta e indireta do BES à ESFG e subsidiárias e ao GES.

Nesta fase já começavam a sentir-se manifestações de preocupação dos clientes junto dos balcões do BES em Portugal. Enquanto que nos balcões da sucursal de

Espanha assistiram-se a levantamentos de depósitos (cerca de 200 milhões de euros).

Em face do acentuar das manifestações de stress o Banco estudou mecanismos de recapitalização com fundos privados. Para esse efeito realizou-se uma reunião do Conselho de Administração no dia 11 de Julho cujo tópico era: “A negociação com a Blackstone”. O propósito era discutir a contratação da Blackstone para assessorar o BES numa operação de recapitalização ou reestruturação com fundos privados, estando a Blackstone comprometida a fazê-lo.

Da análise da ata do Conselho de Administração do dia 11 de Julho ressaltam os seguintes alertas da minha intervenção:

1. Caracterização dos fatores de stress que afetavam o Banco, v.g., a saída de depósitos, a evolução muito desfavorável dos títulos do BES, no mercado acionista e obrigacionista, as descidas de rating, os quais constituem uma “tempestade perfeita” que se pode agravar no decurso da próxima semana, nomeadamente em consequência de um eventual incumprimento do GES.
2. A gravidade da situação poderia conduzir o BES a ter de recorrer à facilidade de emergência do Banco Central Europeu (Emergency Liquidity Assistance (ELA)), e por isso, não apoiava em consciência as manifestações públicas das autoridades portuguesas no conforto que davam à população relativamente à situação do BES.
3. **Este meu apelo foi ignorado e, além disso, perdeu-se a última oportunidade de recapitalizar o BES através de fundos privados no fim de semana do dia 12 e 13 de Julho.** A contratação da Blackstone permitiria preparar uma oferta vinculativa de Aumento de Capital (“Binding offer”) a apresentar na segunda-feira na abertura dos mercados, e deste modo, estabilizar a cotação da ação, o preço das obrigações (custo da dívida nos mercados) e interromper a fuga de

depósitos e o corte das linhas interbancárias.

Ao invés, o Banco de Portugal ordenou a convocatória do Conselho de Administração do BES para proceder à cooptação do Dr. Ricardo Salgado, Dr. José Manuel Espírito Santo e do Dr. José Maria Ricciardi pelo Dr. Vítor Bento, Dr. João Moreira Rato e Dr. José Onório.

4. No dia 13 de Julho o Dr. Vítor Bento e eu (em conversa telefónica) chegámos a acordo para a minha saída do Conselho de Administração do BES. A partir desse dia **não mais participei em reuniões dos órgãos sociais do BES e suas subsidiárias**, tendo resignado a todos os cargos e rescindido até o meu contrato com o BES no dia 23 de Julho.

Os meus receios expressos na reunião do Conselho de Administração do dia 11 de Julho infelizmente concretizaram-se.

A fuga de depósitos e o corte das linhas interbancárias acentuou a crise de liquidez do Banco tornando-o completamente dependente da linha de emergência do Banco Central Europeu (ELA), situação que se tornaria insustentável num curtíssimo prazo. **Assim os factos demonstram que a crise do BES antes de ser uma crise de capital foi uma crise de liquidez.**

